

EUA prevêm novos atritos comerciais com o Brasil

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — A retaliação contra o Brasil, anunciada na sexta-feira pelo Presidente Ronald Reagan, é vista aqui — pelo próprio Governo americano — apenas como um sinal dos tempos. Ela seria, segundo funcionários que lidam diretamente com as relações Brasil-EUA, nada menos do que o início do que poderá vir a ser uma temporada de atritos comerciais.

Há muitos outros problemas à vista, já que os Estados Unidos estão deixando de ser um parceiro, para se converter num mero concorrente nas relações comerciais. Ou seja: o Brasil está entrando no mercado como um competidor, está se incorporando ao mundo desenvolvido, e isso naturalmente nos leva a uma reavaliação. Há certas vantagens que já não podemos mais conceder — afirmou ao GLOBO um desses funcionários.

Os sinais são cada dia mais evidentes. No relatório sobre barreiras comerciais, divulgado há duas semanas pelo Escritório de Comércio da Casa Branca, o Brasil é colocado ao lado do Japão como um dos países, fora do círculo comunista, mais fechados às importações dos Estados Unidos. Mais do que isso: o País é citado, literalmente, como possuidor de um potencial ameaçador para a política comercial americana: ele pode ocupar o lugar dos Estados Unidos no fornecimento de determinados produtos ao Terceiro Mundo.

Existem, hoje, vários campos de atrito comercial entre os dois países. Segundo o mesmo documento, eles começam pelas tarifas de importação vigentes no Brasil, que na prática só restringem as compras dos EUA.

Depois disso, vêm os subsídios às

exportações mantidos pelo Palácio do Planalto e a falta de proteção à propriedade intelectual: o País não exerce proteção a patentes para componentes químicos, ligas metálicas, alimentos, produtos farmacêuticos e software. O controle de preços também é citado, num capítulo à parte, como um empecilho à expansão de mercado para os produtos "made in USA".

O aumento de tarifas a ser imposto a vários produtos, para compensar as perdas denunciadas pela indústria da informática americana — por não conseguirem penetrar no mercado brasileiro — não será o primeiro deste ano. Vários artigos provenientes do Brasil já sofreram uma sobre-taxa nos últimos meses, refletindo a mudança na maneira dos americanos encararem esse seu novo concorrente.

Na primeira semana de abril, por exemplo, o Presidente Reagan decidiu cortar vários produtos — entre eles o couro, tubos de alumínio, peças para motores, chapas de ferro e papel fotográfico — da lista dos que podiam entrar nos Estados Unidos livres de taxas. Todos eles passaram a sofrer taxaço a partir de julho.

No final de abril seria criada, ainda, uma sobretaxa — variando de 14 a 25% — às importações de rodas de aço para veículos. E em maio adotou-se uma sobretaxa de 1,96% ao suco de laranja, que atendem a 80% do consumo americano.

O Brasil passou a ser considerado suficientemente competitivo em várias áreas de produção. Por isso, resolvemos aceitar o apelo das indústrias dos Estados Unidos, para taxar vários produtos" explicou em maio o porta-voz do Escritório de Comércio da Casa Branca.

Relatório tem 21 páginas sobre mercado brasileiro

WASHINGTON (do correspondente) — O Escritório de Comércio da Casa Branca dedicou ao Brasil 21 das 338 páginas do relatório sobre as barreiras comerciais que os produtos de exportação dos Estados Unidos enfrentaram nos últimos 12 meses. De acordo com a análise, só na área da informática, os prejuízos acumulados por empresas americanas, por falta de acesso ao mercado brasileiro, seriam de US\$ 12 bilhões de 1985 a 1992, quando deve expirar a reserva de mercado.

Nas páginas dedicadas ao Brasil, fica claro que existe hoje, por trás de todas as queixas, uma preocupação essencial: a de que o Brasil venha a ocupar o lugar dos Estados Unidos no suprimento de bens e serviços a terceiros mercados.

Além de descrever, detalhadamente, todas as áreas de atrito nas relações comerciais entre os dois países — especialmente informática e indústria farmacêutica — o documento apresenta um dado sintomático: os investimentos diretos dos EUA no Brasil (um total acumulado de US\$ 9,1 bilhões até 1986) permanecem inalterados há cinco anos.

Essa informação pode ser, na aparência, positiva, pois dá a impressão de que não houve uma queda nas aplicações. Mas é um sério contraste com o aumento anual de 10% nos investimentos americanos no Brasil, no quinquênio anterior.

O desestímulo à inversão estrangeira no País tem sido crescente,

segundo o relatório apresentado pelo Embaixador Clayton Yeutter, o representante comercial da Casa Branca. Um dos motivos alegados para isso é a política de controle de preços. Ele aponta ainda a moratória dos juros da dívida externa, desde fevereiro passado, como tendo efeito negativo sobre o financiamento das importações e exportações do País.

E as perspectivas imediatas, segundo ele, não são promissoras: "A nova Constituição, que vem sendo preparada pela Assembléia Constituinte, também terá um importante e potencial impacto restritivo no clima para o investimento estrangeiro e o comércio com o Brasil".

Segundo os cálculos do Escritório de Comércio, as companhias americanas perderam 22% do mercado brasileiro na área de computação entre 1980 e 1984. "As firmas americanas perdem US\$ 340 milhões a US\$ 450 milhões por ano em vendas de hardware e software para o Brasil", diz o informe. "Como a política brasileira virtualmente elimina o acesso dos EUA no setor onde se espera o maior crescimento, as perdas futuras poderiam alcançar o total de US\$ 12 bilhões de 1985 a 1992.

Na área da indústria farmacêutica, a queixa é que a margem de lucro das empresas americanas no Brasil caiu de 31%, em 1983, para 11%, em 1985. As perdas devidas à falta de proteção de patentes seriam de pelo menos US\$ 204 milhões entre 1979 e 1986.

Constituintes devem manter reserva

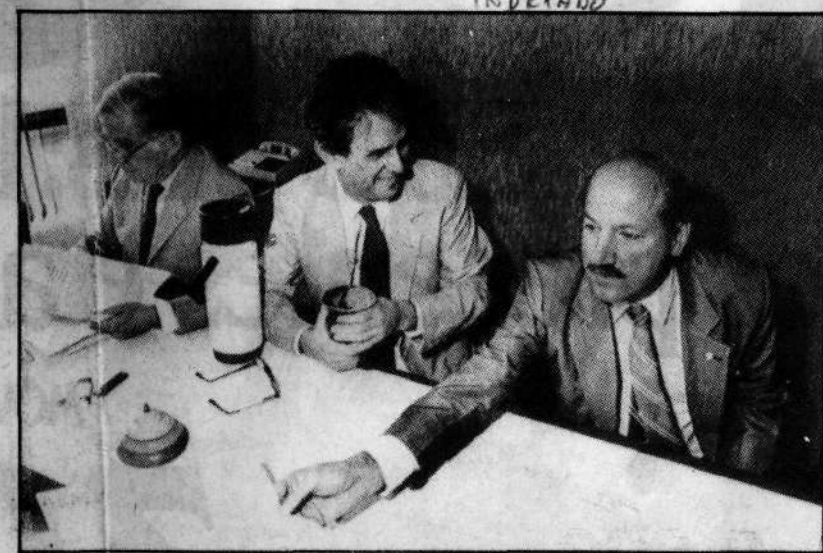
BRASÍLIA — A decisão do Governo americano de retaliar exportações brasileiras por causa da reserva de mercado na área de informática reforçou a posição da maioria dos constituintes da Comissão de Sistematização pela manutenção da reserva de mercado, tema discutido na sessão de ontem à tarde. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, conversou ontem com constituintes da Comissão de Sistematização, quando anunciou que o Governo fará uma campanha de esclarecimento aos empresários que poderão sofrer os efeitos da retaliação.

Considerando a ação do Governo Ronald Reagan como "despropositada, absurda e sem justificativa", o Ministro Luiz Henrique foi buscar junto às lideranças na Constituinte apoio à posição brasileira de defesa à indústria nacional de informática. Ele conversou com os peemedebistas da Comissão de Sistematização e em especial com a Deputada Cristina Tavares.

Segundo a Deputada, as sanções americanas consagram o princípio de que o Estado tem direito de interferir para proteger sua tecnologia. Ela ressaltou que este é um costume nos Estados Unidos, que já fez represálias contra o Japão.

— Vamos votar aqui o direito de o Brasil fazer a mesma coisa. O direito do Brasil de ter sua reserva de mercado — acrescentou a constituinte.

Esta é a mesma opinião do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que defendeu a posição do Presidente Jo-



O Ministro Luiz Henrique pede aos constituintes para apoiarem a reserva

sé Sarney, que já estuda um reação do Governo brasileiro. Mas Cabral alertou a necessidade do Brasil ter cautela antes de tomar qualquer medida nesse sentido.

— Primeiro é preciso saber qual a profundidade da retaliação, se tudo isso não passa de mera especulação, para depois agirmos — disse Cabral.

Ao final da sessão da manhã, o Deputado Celso Furtado (PMDB-BA) foi ao microfone pedir apoio público à posição brasileira, referindo-se ao trabalho do Ministro Luiz Henrique.

De imediato a presidência da Mesa, que estava sendo ocupada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) juntou-se às homenagens ao Ministro e apelou para que os constituintes mantivessem a atual política brasileira para a informática.

Antes de deixar ao plenário, o Ministro Luiz Henrique definiu sem meias palavras a posição americana:

— A tática do Governo Ronald Reagan é a de jogar brasileiros contra brasileiros.

Roberto Campos diz que retaliação é só advertência

Se a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte aprovar a manutenção da reserva de mercado na informática, o Brasil pode se considerar excluído do mundo capitalista e fadado ao empobrecimento. A previsão é do Senador Roberto Campos, para quem a decisão dos Estados Unidos de sobretaxar exportações brasileiras por causa da reserva não é uma retaliação mas sim uma advertência de que querem continuar a negociar seriamente.

Roberto Campos disse que espera apenas bom senso dos constituintes que se lembrem, por exemplo, de

que somente a indústria brasileira de calçados emprega 700 mil pessoas, enquanto os cartórios de informática ocupam pouco mais de 40 mil pessoas. Ele ironizou as manifestações do Governo brasileiro de que irá reagir contra os Estados Unidos e comparou a reação a um mosquito mordendo um elefante.

— Os Estados Unidos compram 30% das exportações brasileiras enquanto nós compramos apenas 2% dos produtos americanos exportados. Nós superestimamos o mercado brasileiro, desconhecendo que este representa 0,75% do mercado mundial.

Se o Brasil insistir em fechar-se ao capital estrangeiro, ao contrário do que atualmente estão fazendo as economias da União Soviética, China e Índia, não seremos uma ameaça mas sim um grande aborrecimento.

Para o Senador Roberto Campos, "a política da Secretaria Especial de Informática (SEI) é feita por um bando de burocratas parasitas, ignorantes na maior parte dos conhecimentos humanos, e impede que o usuário brasileiro de computadores possa se beneficiar da evolução tecnológica, impondo cópias mal feitas de indústrias piratas de São Paulo".

Citricultores acham que vão pagar esta conta

TAQUARITINGA, SP — O Presidente da Associação Paulista dos Citricultores (Associtrus), Osvaldo Veloci, representando 18.500 produtores em todo o Estado de São Paulo, teme pela imposição de sobretaxas pelos Estados Unidos às exportações brasileiras de suco de laranja para aquele país, ao explicar que o produtor é quem vai pagar a conta.

Veloci disse que os produtores de laranja, responsáveis por uma safra de cerca de 200 milhões de caixas, acertaram com a indústria a venda de cada uma por CZ\$ 39,00, além de participação nos lucros da exportação. Mas o contrato diz também que se houvesse sobretaxa nas exportações ela seria acrescida ao custo industrial das empresas e debitada ao produtor.

— Fomos pegos meios de surpresa com essa história — disse Veloci, que no momento prefere aguardar a publicação de quanto será a sobretaxa para o setor de suco de laranja e só depois tentar uma medida de defesa da categoria.

O Presidente da Associtrus lamenta que a agricultura não receba tratamento igual à indústria. Mesmo o Governo, que faz reserva de mercado para a informática, segundo Veloci também importa cebola, alho e carne, entre outros produtos, em plena safra, "transformando muito produtor em bóia fria por causa disso".

● TRIGO — "Jogo de cena sem nenhum efeito prático". Assim o Diretor do Moínho Pacifico, Lawrence Pih, classificou a decisão do Presidente Sarney de reduzir as importações de trigo em represália à decisão do Governo norte-americano de aumentar as tarifas sobre as exportações brasileiras. Segundo o empresário, há pelo menos dois anos as importações brasileiras de trigo americano são insignificantes — cerca de 100 mil toneladas, equivalentes a US\$ 20 milhões — e sua interrupção não causaria nenhum dano à economia dos EUA nem provocaria dificuldades ao consumidor brasileiro. Os assessores do Presidente esqueceram de informar que as importações de Argentina e do Canadá, mais a safra brasileira, são suficientes para o consumo interno do Brasil, afirma Pih.

Fiesp prevê redução de investimentos no País

SÃO PAULO — O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, acha que o Governo brasileiro não terá como adotar medida de retaliação contra os Estados Unidos "porque nas relações comerciais entre os dois países o Brasil é superavitário".

Para Amato, a nota do presidente Sarney sobre o comunicado do Governo americano foi consequência de pressões políticas exercidas por setores do Governo e do Congresso que insistem em fechar as portas do País à economia mundial.

Para o Presidente da Fiesp, o Governo brasileiro deve, de maneira racional, buscar a negociação. Em sua opinião, é evidente que o Brasil não terá condições de adotar qualquer tipo de retaliação contra os Estados Unidos "sem prejuízos imensos para a economia nacional".

Também o Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), Bruno Nardini, acha que a medida poderá provocar queda nos investimentos no setor de produção de bens de capital.

— Empresas que exportam

para o mercado americano vão deixar de investir, com receio de novas represálias — comentou Nardini.

Para o Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de São Paulo, Sebastião Barbulhan, o setor — que tem exportações estimadas de US\$ 1,2 bilhão este ano, dos quais 80% para o mercado americano — será seriamente abalado.

O Presidente do sindicato calçadista também remeteu a questão central para a Constituinte e sua posição sobre a nacionalização da distribuição de combustíveis.

Para o setor cafeeiro, a medida não deverá atingir as vendas do produto no mercado americano. Isso não é possível, segundo o Diretor Comercial da Cacique, Sérgio Coimbra. O café está entre os produtos mais importantes para o mercado americano, além do que o sistema de cota nos protege.

Já o Presidente da Comissão de Cafeicultura da Faesp, Maurício Lima Verde Guimarães, disse que dificilmente haverá boicote no setor cafeeiro, pois o Governo americano não é comprador, e sim as empresas particulares.